



Tema:
**"OS DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO
NA UNIMEP"**



11º Congresso de Pesquisa

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Autor(es)

TELMA REGINA DE PAULA SOUZA
REBECA PASCHOAL PADULLA

Resumo Simplificado

Nos últimos vinte anos, temos problematizado o processo de democratização brasileiro tendo como campo analítico os movimentos sociais e os espaços públicos (EP) preconizados no arcabouço normativo-jurídico pós-constituição de 1988. A análise ora apresentada está apoiada nos resultados da pesquisa: Controle Social no Sistema Único de Saúde: cooptação ou protagonismo da sociedade civil? – um estudo de caso, nos resultados dos projetos de iniciação científica relacionados a essa pesquisa e na observação participante realizada em diversos EP; conselhos, conferências e fóruns de debate. No caso da pesquisa, os objetivos pretendidos foram: (1) Compreender os sentidos da participação dos representantes da sociedade civil (SC), no Conselho Municipal de Saúde (CMS) da cidade de Piracicaba; (2) Identificar os limites e possibilidades de um Conselho de Saúde na formulação, monitoramento e avaliação das políticas de saúde no município considerado, com especial destaque à atuação da SC nesse Conselho; (3) Identificar os obstáculos e os avanços para a consolidação de uma democracia participativa por meio das ações de um Conselho gestor. A metodologia foi qualitativa e os procedimentos para a coleta de dados foram: (a) observação das reuniões do CMS; (b) entrevistas semidirigidas com os representantes dos usuários, com membros da Secretaria Executiva e com um gestor de saúde, também membro do CMS e (c) pesquisa documental, especialmente as atas das reuniões do CMS. A análise interpretativa dos dados, além de focar as questões relacionadas aos objetivos da pesquisa, relacionadas à Política Nacional de Saúde, buscou relacionar a participação observada no CMS com a participação observada em outros EP, buscando-se ampliar a discussão e os limites de um estudo de caso. Os resultados da pesquisa corroboram a análise que tem sido realizada em outros estudos, tanto na valorização dos EP como possibilidade de democratização do Estado, como nos limites desses espaços para a democratização da sociedade, especialmente em função (1) do excesso de burocratização do Estado, transposta para os EP, e (2) dos limites da representação política dos que são considerados representantes da sociedade civil. Identificamos quatro sentidos da participação dos representantes dos usuários no CMS: (1) participativo-cidadão relacionado com a história de envolvimento com movimentos populares, especialmente comunitários, (2) participativo-assistencial no sentido de se reconhecerem como quem pode/deve ajudar os que precisam, tentando encaminhar demandas da população as autoridades (Secretaria da Saúde, vereadores e CMS), (3) particular/pessoal, com base em experiências vividas no SUS, (4) político eleitoral visto os EP poderem ser um meio para os seus integrantes se autopromoverem, ganhando visibilidade (popularidade) necessária àqueles com pretensões a cargos no legislativo. No caso de outros EP observados, identificamos também um sentido “carreirista”, ou seja, a participação como acesso a cargos governamentais, e um sentido protagonista, na busca da efetivação do controle social. Concluímos que é necessário politizar os EP para a real consolidação de uma democracia participativa.